

Centro Nacional de Cultura
Fundação Calouste Gulbenkian

Eduardo Lourenço, 85 anos – Congresso Internacional

Título da Comunicação:

*«O papel das elites e o (ab)uso da História
na construção labiríntica da identidade nacional»*

Sérgio Quaresma

Outubro. 2008

Comunicação

A minha aproximação à obra ensaística de Eduardo Lourenço surge num contexto da disciplina de Cultura Portuguesa da licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, no ano de 1982-1983. O «*Labirinto da Saudade: Psicanálise do Destino Português*» tinha sido publicado em 1978, pelas Publicações Dom Quixote, e a minha leitura numa obra fotocopiada fez-se num diálogo interior reflexivo desestruturador, sedutor e crítico. A «descoberta» da reflexão ensaística eduardina em redor da identidade nacional e da busca e/ou da crise do sentido para a História de Portugal é um marco na minha «biblioteca pessoal» e, enquanto docente de História há 25 anos, uma presença crítica que tem feito do ensino da História um espaço estratégico de formação pessoal e social dos alunos num contexto pós-moderno de globalização e incerteza, em que as grandes narrativas, âncoras de certeza num mundo à deriva, foram desacreditadas, à medida que as suas premissas, as suas descrições, as suas explicações e as suas promessas se encontram, crescentemente, em discrepância com os acontecimentos quotidianos.

Esta obra de Eduardo Lourenço é, assim, um livro “importante”, isto é, um livro obrigatoriamente “útil”¹, porque na *desfamiliarização* que provoca nos seus leitores revela ter a capacidade de nos fazer sentir estranhos “na nossa própria casa”, num questionamento inovador da história e da realidade portuguesas, que se mantiveram fortemente dominadas por um discurso crítico de tonalidade pessimista – apesar de crítico e de cariz transformador – herdado da Geração de 70’. Este é, nitidamente, um livro que, abordando a identidade e a história, parte em busca de uma harmonização entre o ser de Portugal e a sua representação imagética e assenta numa reflexão crítica que, mais do que pretender o proselitismo, visa a procura de esclarecimento próprio partindo de ideias originais. Por tudo isto, é uma obra que, contribuindo decisivamente para o modo como os portugueses se pensam a si mesmos, considero “imprescindível”²

¹ Manuel Frias Martins, na introdução e a propósito da obra de Harold Bloom (1997) *O Cânone Ocidental*, diferencia estes dois tipos de livros: “Os livros úteis são úteis exactamente porque confirmam ou «explicam» crenças estabelecidas, não interferindo nas regras do jogo que o seu tempo está a jogar. Os livros importantes são importantes exactamente porque baralham as crenças dominantes ao agir no próprio núcleo constitutivo das regras do jogo das dominações.”

² Aqui, fomos claramente buscar apoio ao prefácio de Eduardo Lourenço à obra de Christiane Zschirnt *LIVROS – Tudo o que é preciso ler*: “Cada um de nós devia ou podia fazer uma escolha dos seus livros imprescindíveis com uma liberdade de critério e grau de imprevisibilidade como o que preside à de Christiane Zschirnt”.

para a mobilização da cultura portuguesa na (re)definição do seu papel e do sentido de Portugal no Mundo.

Integrada, por Miguel Real, na primeira fase da heterodoxia eduardina (1949-1978)³, este é “o seu livro maior”, “o seu texto maior”, “o seu texto marcante” que o faz emergir como um singular pensador ou filósofo da cultura portuguesa. Para este autor e estudiosos, este é “um dos mais importantes livros sobre cultura portuguesa publicados no último quartel do século XX”⁴. Ao desconforto que sentia face às limitações e às visões redutoras dos sistemas estéticos, ideológicos e filosóficos que «formatavam» o mundo, Eduardo Lourenço propõe uma nova interpretação das múltiplas leituras da vivência histórica de Portugal e da sua identidade nacional. A partir de uma metodologia específica – «a psicanálise histórica» – o ensaísta elabora uma reinterpretção dos traços básicos da cultura portuguesa e, partindo de conceitos como «irrealismo prodigioso», «complexo de inferioridade», «complexo imagológico», «hipertrofia identitária» aplicados à reflexão do devir histórico nacional, busca a reconciliação connosco próprios através do confronto, mais ou menos desestabilizador, entre aquilo que cada um sente o que ontologicamente é e o que imagetivamente lhe é dado ver através de uma abordagem histórica epopeica, providencialista e messiânica. A obra constrói um espelho autognóstico que, por desdobramento de níveis culturais, épocas históricas e obras de autores, reflecte o irrealismo identitário dominado por um conflito entre o modo como somos e o modo como imaginamos ser ou deveríamos ser. Esta desproporção e esta clivagem geram um estado de espírito dominado por sucessivos traumatismos profundos⁵ que, numa conjunção de um complexo de inferioridade e de superioridade, cumprem “uma única função: *a de esconder de nós mesmos a nossa autêntica situação de ser histórico em estado de intrínseca fragilidade*”⁶. A percepção desta “congenital fraqueza” e “a convicção mágica de uma protecção absoluta”⁷ leva Eduardo Lourenço a realizar uma “autêntica psicanálise do nosso comportamento global” e, através de uma metodologia hermenêutica baseada em categorias históricas e culturais, “um exame sem complacências que nos devolva ao

³ Real, Miguel (2008), *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*. Lisboa: Quidnovi

⁴ Idem: 72

⁵ A este propósito ver Real (op. cit.: 60 e segs).

⁶ Lourenço, Eduardo (2000). *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva, p. 25.

⁷ Idem, *ibidem*

nosso ser profundo ou para ele nos encaminhe ao arrancar-nos as máscaras que nós confundimos com o rosto verdadeiro”⁸.

A partir de uma atitude hermenêutica – que se mostra aberta à utilização de *categorias de inteligibilidade globais*, que *recusa um conhecimento de excessiva parcelização e disciplinarização* e que utiliza as potencialidades interpretativas de uma *transgressão metodológica* –, Eduardo Lourenço busca a compreensão de nós próprios e, por detrás do desejo de compreender a realidade sobre que se debruça o seu estudo seja ela de ordem literária, política, pictórica, filosófica, seja de ordem cultural em geral, está uma consciência crítica de um intelectual transformador⁹ que trabalha no sentido da emancipação e, no caso da cultura e da história portuguesas, da reconciliação connosco próprios e com o lugar de Portugal na Europa e no Mundo: “Da economia, macro e microscópica, da sociologia, da etnografia, da psicologia social, da antropologia, da psicanálise histórica e social, não como campos de estanques e esterilizantes saber, mas como elementos de um puzzle adequado ao nosso mistério próprio, se pode esperar a *renovada imagem* capaz de substituir a polarização esquizofrénica da nossa cultura em torno de ópticas globais”¹⁰.

Eduardo Lourenço, enquanto intelectual que «nos pensa» e que «pensa Portugal na Europa e no Mundo», posiciona-se, então, para lá das correntes e das teorias circunstanciais, para lá das teias relacionais que, não raras vezes, subordinam os intelectuais ao poder e os fazem dissolver nas elites e instituições dominantes. A obra e o pensamento eduardinos estão, pois, integradas numa herança histórico-cultural dos pensadores «seareiros», nomeadamente de Raul Proença, que, numa crítica produzida na revista Seara Nova em 1928 à obra de Julien Benda *La Trahison des Clercs*, defendia o papel primordial, insubstituível e insubordinável dos intelectuais na sociedade, nomeadamente num sistema social cada vez mais dominado pela «materialidade», pela “capitulação” do espiritual. Arauto da “razão crítica” dos intelectuais, Raul Proença defendia: “Não me parece apenas evidente a legitimidade e a utilidade de acção social do *clerc*. Impõe-se também a sua necessidade.

E esta aparece-me antes de mais nada como uma espécie de necessidade moral. *Poder é dever*: creio que é dever sobretudo para aqueles a quem as qualidades

⁸ Idem: p. 24

⁹ Por detrás desta categorização, com fortes raízes gramscianas e habermasianas, encontra-se a diferenciação proposta entre o *intelectual orgânico*, empenhado na crítica e na transformação social, e o intelectual integrado na *intelligentsia técnica* com limitada acção crítica na sociedade.

¹⁰ Lourenço (op. cit: 72)

eminentes do seu espírito, o seu prestígio e os seus recursos de persuasão e de sugestão instituíram naturalmente em suscitadores e guias duma opinião pública nacional”¹¹.

O percurso deste livro revela, também, uma singularidade muito própria: iniciado nas Publicações Dom Quixote em 1978, teve, em 1988, uma 3ª edição nesta editora, uma publicação na colecção Pensadores do Século XX pelo Círculo de Leitores e uma tradução francesa pela Bruxelles : Sagres-Europa¹²; em 1992 tem uma 5ª edição nas Publicações Dom Quixote; em 2000, passa a ser editada pela Gradiva; em 2005 é publicada a 5ª edição por esta editora; e em 2006 é publicada em Itália pela Reggio Emilia : Diabasis¹³. O ensaio crítico em torno da cultura e da história portuguesas ultrapassa o público nacional e ganha um interesse estrangeiro. A (re)construção da identidade portuguesa passa a ter de contar com as imagens que transpomos para o «outro»... e o espelho reflector é ampliado!

Na verdade, não tendo “problemas de identidade propriamente ditos”, a nossa questão é a da nossa imagem “enquanto produto e reflexo da nossa existência e projecto histórico ao longo dos séculos e em particular na época moderna em que essa existência foi submetida a duras e temíveis privações”¹⁴. Não obstante, sendo o livro “pensado e escrito fora de Portugal”, as suas revisitações à imagologia e o “discurso crítico sobre as imagens que de nós mesmos temos forjado” não podem ser baptizadas “com o labéu” de estrangeirados, porque, diz o autor, “não escrevi estes ensaios para recuperar um país que nunca perdi, mas para o «pensar», com a mesma paixão e sangue-frio intelectual com que o pensava quando tive a felicidade melancólica de viver nele como prisioneiro de alma”¹⁵. Este distanciamento de uma tradição «estranjeirada» tem, neste ensaio, particular centralidade: não se trata de reflectir Portugal a partir de esquemas mentais, de conceitos e de imagens gerados no exterior e por quem se pretende distanciar do percurso histórico realizado. Pelo contrário, aplicando à realidade antropológica e histórica portuguesa conceitos que tinha criado especificamente para a hermenêutica poética de Fernando Pessoa – uma poesia que substituindo a realidade social fragmentada, desprovida de unidade totalizadora de sentido e de unidade ontológica, se constitui irreal ou irrealisticamente como única realidade –, o ensaísta pretende

¹¹ Ver *Obra Política de Raul Proença* (1972). Lisboa: Seara Nova, vol. I, p. 147. Sobre a tradução para o termo francês «clerc», ver a página 113 da obra citada.

¹² Traduzido por Anie de Faria com o título *Le labyrinthe de la saudade : psychanalyse mythique du destin portugais*

¹³ Com o título *Il labirinto della saudade : Portogallo come destino*.

¹⁴ In Lourenço (op. cit.: 18)

¹⁵ Idem: 20/21

aproveitar “o retorno à essência”, ao núcleo territorial europeu após a descolonização promovida pela Revolução de Abril, para reequacionar a estrutura hiperidentitária que possuímos desde pelos menos o século XVI, onde evidenciamos uma inclinação para viver de «imagens irrealísticas» onde se dissolve o Portugal «real», perdido numa «polarização esquizofrénica».

A originalidade do pensamento eduardino está nesta vontade de reformular o nosso discurso histórico e cultural *por dentro*, revisitando-o e reexaminando-o na perspectiva de uma consciência mais exigente e crítica, mais realista. Para tal, Eduardo Lourenço utilizará estrategicamente a literatura para realizar a auto-interpretação de Portugal, colocando Garrett e Herculano no início de uma “ainda não acabada linhagem de ulisses intelectual em busca de uma pátria que todos temos sem poder ajustar nela o sonho plausível que nos pede e a realidade amarga que nos decepciona”¹⁶. Do *Camões* de Garrett à *Mensagem* de Pessoa, Eduardo Lourenço vê um ciclo de autognose assente em intertextos e/ou textos-diálogos em torno da temática da identidade e da identificação nacionais que há-de ter continuidade nos escritores contemporâneos. Deste modo, depois de referenciar a atitude inaugural e matricial de Garrett e a sua intervenção reformadora expressa na “preocupação obsessiva de descobrir quem somos e o que somos como portugueses”, e por oposição, Eduardo Lourenço descreve-nos a vivência esquizofrénica portuguesa no século XIX, período de crise, de depressão simbólica ou real, dominado por um forte “sentimento de fragilidade ôntica”, que produz nas Conferências do Casino da Geração de 70’ o primeiro discurso autocrítico de tonalidade pessimista que pôs “*em causa, sob todos os planos, a sua imagem de povo com vocação autónoma, tanto do ponto de vista político como cultural*”¹⁷: “Havia que *pensar*, havia que *imaginar* e, mais custoso ainda, havia que *inventar*. Tínhamos sobretudo de nos inventar *outros*”¹⁸. Por reacção “ao criticismo devastador e impotente da década de 70”, e associado à humilhação do Ultimato, eclodirá o misticismo nacionalista expresso poética e ideologicamente no saudosismo, “tradução genial que representa *a mais profunda e sublime metamorfose da nossa realidade vivida e concebida como irreal*”¹⁹. O Portugal histórico dos fins do século XIX, em crise político-financeira e analfabeto, assistirá “estupefacto e incrédulo a uma operação de

¹⁶ Idem: 83

¹⁷ Ibidem: 30. Depois de falar numa “espécie de parricídio”, na conferência de Serralves dada este ano, Eduardo Lourenço chamou «filicídio» a este criticismo patriótico da Geração de 70’ que difundiu a consciência, “por assim dizer *física*, do que nos separava da maiusculada e então orgiástica civilização”.

¹⁸ Idem: 91.

¹⁹ Idem: 31

magia poética”... e o verbo de Pascoais instalará “Portugal, literariamente falando, fora do mundo e fazendo desse estar fora do mundo a essência mesma da realidade”²⁰. Depois, será a vez do período “«patriótico»” da República e do reajustamento do “País a si mesmo” levado a cabo pelo Estado Novo que originou “uma ficção ideológica, sociológica e cultural mais irrealista ainda do que a proposta pela ideologia republicana, por ser ficção oficial, imagem sem controlo nem contradição possível de um país sem problemas, oásis da paz, exemplo das nações, arquétipo da solução ideal que conciliava o capital e o trabalho, a ordem e a autoridade com um desenvolvimento harmonioso da sociedade”²¹. No entanto, Fernando Pessoa, “o único dos nossos grandes poetas que pôde situar-se, ao mesmo tempo, por assim dizer, no *exterior* e no *interior* da consciência cultural portuguesa”²², porque imune ao complexo de inferioridade cultural originado pelo “francesismo orgânico da nossa *atitude cultural*”, transfigurará “*a gesta particular de um pequeno-grande-povo, em gesta da consciência universal*”, deste modo assegurando a ressurreição de um Portugal que, *deixando de ser “o do português de camoniana e hegemónica memória”, passará a ser “o do português-ninguém, imerso e dissolvido no universal de todos*”²³. O movimento neo-realista cria uma “*outra-imagem* que não é exactamente uma *contra-imagem*”, nem uma imagem revolucionária de Portugal: através da idealização dos «humilhados e dos ofendidos» «reinventa-se» no futuro “um outro Portugal, livre, igualitário, fraternal”. Depois, e apesar de incapaz de alterar a fundo a imagem do interior do que éramos e podíamos ser, o surrealismo trouxe à superfície “um Portugal-outro, anómalo, eficaz justamente até por não propor desta vez «reforma ideológica, cultural ou ética» de nacional recorte ou aplicação, mas apenas por tornar *inactual*, arcaico fósil, um mundo de formas que era *a forma mesma do inteiro viver nacional*”²⁴. Na década de 50’, o movimento da «filosofia portuguesa» fará emergir uma contra-imagem cultural baseada no “apolegetismo intrínseco da excelência ímpar do ser português, não apenas na sua configuração ético-ontológica” mas também na exaltação culturalista da imagem de Portugal, simultaneamente nacional e imperial. Mas se “pelo império devimos outros”, esta “componente imperial da nossa imagem” por nós nada fez, não deixando “marcas duradouras na alma de quem «teve» quinhentos anos de império” para lá de uma

²⁰ Ibidem: 100

²¹ Ibidem: 33

²² Idem: 106

²³ Ibidem: 111

²⁴ Idem: 39

imagem hiperbólica “de quinhentos anos de imperialismo sem império que fora também quinhentos anos sem autêntico imperialismo”²⁵.

Por isso, o fim do império após a guerra colonial e a descolonização não deu origem a nenhum “traumatismo profundo” nem deixou marcas “na nossa imagem corporal, ética e metafísica de portugueses”, no entanto, após “um longo período de convívio hipertrofiado e mistificado connosco mesmos”, a Revolução de Abril colocou-nos numa encruzilhada e “à fuga para céus mais propícios” considerava o autor em 1978 que deveria suceder “a hora de fugir para dentro de casa, de nos barricarmos dentro dela, de construir com constância o país habitável de todos, sem esperar de um eterno lá-fora ou lá-longe a solução que, como no apólogo célebre, está enterrada no nosso exíguo quintal”²⁶. Na imprescindibilidade de construção de “uma imagem positiva de si” é urgente “um olhar crítico sobre o que nos cerca ou sobre o que fazemos”, é fundamental a interiorização de “uma realidade histórica sustentada e animada por um sentimento de confiança e de legítimo orgulho no seu destino particular”²⁷. Mais do que **viver** a sua existência, o português deve **compreendê-la, repensá-la** a partir do país que devimos após o refluxo africano quer “em função das *imagens e contra-imagens* mais actantes da nossa herança cultural incuravelmente maniqueísta, e sobretudo de origem estético-literária” quer através de “um conhecimento mais aderente à causa viva da realidade nacional, à sua opacidade resistente, à sua acaso tenebrosa carência estrutural”, promovendo uma *colectiva tomada de consciência* do “nosso destino razoável de portugueses”²⁸.

Neste sentido, “nada é mais necessário do que rever, renovar, suspeitar sem tréguas as imagens e os mitos”, metalinguagem “onde todos os nossos discursos se inscrevem”²⁹. Trata-se de superar a “desfocagem” permanente dos Portugueses com a própria realidade, de (re)construir uma “centragem” connosco próprio que, podendo ser difícil de alcançar no curto e médio prazo, só acontecerá quando for ultrapassado “o divórcio profundo entre a minoria «cultivada»” e “a massa anónima do povo português”. Trata-se, enfim, de aproximar o olhar mesmo do português, ou dos portugueses, “com a consciência adequada da vida do país em que realmente vivem e

²⁵ Ibidem: 44-46

²⁶ Idem: 51. A este propósito, e no contexto das comemorações do Dia de Portugal e das Comunidades na Guarda, Lourenço dirá: “*O problema que temos connosco é entre Minho e Guadiana que será resolvido, ou não*. Precisamente, é a primeira vez há quinhentos anos que nos está vedado resolver o nosso problema, *emigrando*”. Ibidem: 126

²⁷ Ibidem: 64

²⁸ Idem: 72

²⁹ Ibidem: 73

morrem – um **olhar sujeito**, quer dizer, o fim de um **Portugal-objecto** como é hoje para todos nós, que nos ocupamos da «cultura», a realidade portuguesa”³⁰.

Para atingir tal desiderato, é essencial o envolvimento da “totalidade do povo português”, combatendo “a vontade de poderio e gozo de privilégios” de uma classe tecnocrática-burocrática de “aleatório saber”, mas que tem sido “a única que até hoje tem fabricado a *imagem portuguesa* em função da qual Portugal parece escolher-se «livremente», quando afinal é (e foi) apenas por ela escolhido”³¹. Para alterar esta tradição, é necessário, por um lado, alterar o **paradigma mental, existencial e cultural do intelectual português** e valorizar, no conjunto das elites sociais portuguesas, o **intelectual erudito, o estudioso, o académico** que, até ao momento, tem vivido e sobrevivido “contra e paralelamente às formas institucionais e conjunturais dominantes da cultura portuguesa”³²; por outro, ampliar a acção social e cultural do **vector racionalista** no conjunto dos demais vectores que Miguel Real enumera na configuração do pensamento português até ao ano 2000, a saber: o vector espiritualista, o vector providencialista e o vector modernista³³.

Na articulação entre elites e povo, sem “ressentimentos fúnebres, nem delírios patológicos”, é tempo de “existirmos e nos vermos tais como somos”, é tempo de, colectivamente, nos (re)pensarmos: “Aceitemo-nos com a carga inteira do nosso passado que de qualquer modo continuará a navegar dentro de nós. Mas não autorizemos ninguém a simplificar e a confiscar para benefício dos privilegiados da fortuna, do poder ou da cultura uma imagem de Portugal, mutilada e mutilante através da qual nos privemos de um futuro cuja definição e perfil é obra e aposta da comunidade inteira e não dos seus guias providenciais”³⁴.

Para que tal aconteça, e para que “o princípio da realidade” triunfe sobre “o princípio do prazer”, é necessária uma mudança “orgânica” da mentalidade económica e social coadjuvada por uma prática pedagógica promotora de maior solidariedade e de

³⁰ Idem: 79. Sublinhado nosso.

³¹ Ibidem: 76

³² Para aprofundamento desta perspectiva, ver Real, Miguel (2007), *A Morte de Portugal*, Porto: Campo das Letras: pp. 41 e segs.

³³ Idem: 105-115. Para este autor, o vector racionalista constituir-se-á, possivelmente, “como a vertente cultural do pensamento português que dominará o século XXI, generalizando o ensino e a informação, criando riqueza e qualidade de vida, incentivando uma cidadania activa, criando o quadro político e social institucional para o convívio harmónico das quatro vertentes do pensamento português”. Ibidem:

113

³⁴ Idem: 116/117

espírito colectivo³⁵. Neste âmbito, é imprescindível que o projecto de futuro seja “integrado e transfigurado por uma leitura *global* da nossa realidade, passada e presente”, é fundamental restaurar «o sentido da História» nietzschiano, abrindo a porta “para uma solução capaz de integrar positivamente em si mesma a nossa memória colectiva e o nosso autêntico viver nacional”³⁶. Trata-se de, por um lado, retomar uma vertente do passado histórico em que os Sá de Miranda, os Vicente Nogueira, os Verney, os Condes da Ericeira assumiam um “«europeísmo» natural, entendendo por isso acaso uma mítica desenvoltura em relação aos temas e ideias directoras de uma época”, bem distante da “cultura dos «cultos»” à Fradique Mendes; por outro lado, combater tanto “o *gap* cultural como o tecnológico” com a ousadia conquistada “no plano literário” por um Régio, um Torga, um Gaspar Simões, um Namora, um Virgílio Ferreira, uma Agustina Bessa-Luís, um Abelaira, uma Fernanda Botelho, um Tavares Rodrigues, entre outros, que, de há muito, vêm “pisando esse mítico salão da cultura rica com uma naturalidade crescente”³⁷.

Insurgindo-se contra a recorrente “confiscação e exploração vergonhosa do capital ético e ideológico de *Os Lusíadas*” e contra a mitificação de um percurso histórico que nos tem descentrado “em relação a nós mesmos” e nos tem instalado “numa perspectiva autista de configuração esquizofrénica”³⁸, Eduardo Lourenço reafirma o valor da “ideia de pátria” e do “amor pátrio” neste tempo planetário de caos em que “o «mundo culto» já não oficializa culto algum”, onde “em parte alguma há essa «superior cultura» da qual nos sentíamos tão órfãos” e onde resistem “os restos de bom senso ou ingenuidade” nas “históricas arcas” guardadas na província que nos permitem “a ilusão gloriosa de nos subtrair a esse caos em que se tornou o fascinante, o abolido palácio da cultura”³⁹ e onde os homens-cultos recriam a nova imagem literária, estética e cultural por que Portugal posteriormente se reverá no espelho da História.

Neste sentido, «o fim da História», e com ele a diluição do devir nacional na história universal, não se concretizou e esta mantém um lugar nuclear na identidade e permanência dos povos. A imagem que construímos de nós e dos outros está

³⁵ Por oposição, Eduardo Lourenço faz a seguinte caracterização da sociedade portuguesa: “A sociedade portuguesa não é a única que vive sob o modo de uma quase total *exterioridade e em obediência ao poder irresistível de ocupar nela o lugar que implica o mínimo de resistência e o máximo de promoção social segundo a norma do parecer.*” Ibidem: 132/133

³⁶ Idem: 171/172

³⁷ Ibidem: 177

³⁸ Idem 151 e 153

³⁹ Idem: 178/179

indelevelmente marcada pela História que nos contaram⁴⁰, no entanto, a imagologia dissecada nesta obra de Eduardo Lourenço e o aproveitamento e a atenção prestada pelas sucessivas épocas e regimes políticos à influência do ensino da História na formação da consciência nacional não só deixa antever que o historiador não é “um indivíduo abstracto”, mas um “ser comprometido”, enraizado no “meio humano a que pertence – meio social, político, nacional e cultural – que faz dele o que ele é e ao qual tudo o que ele faz regressa e aproveita”⁴¹; como tornaram claro o valor do ensino da História na construção do conhecimento e da compreensão do Homem e da Humanidade. Na permanente busca de um sentido para a cidadania, o conhecimento histórico e a sua mobilização no acto de reflectir e de agir facilita o diálogo com a complexidade, com a inovação científica e técnica e com o valor do pluralismo. Como demonstrou a obra «*Labirinto da Saudade: Psicanálise do Destino Português*», muitas leituras da História, tributárias de conceitos redutores e de validade transitória e assentes na hipertrofia e deturpações que desvalorizam a evolução do tempo e os contextos dos acontecimentos, perderam validade e foram ilegitimamente perpetuadas e utilizadas por uma elite dominante que, desprovida de espírito histórico, nos empurrou para uma complexada identidade cultural. Nuns momentos utilizado como repositório de um conjunto de representações míticas e simbólicas que contribuem para a preservação da consciência colectiva; noutros momentos utilizado na construção de um sentido de leitura do passado em conformidade com os valores e princípios propagandísticos, nomeadamente no Estado Novo; o ensino da História não raras vezes se deixou dominar por uma utilização ideológica da memória histórica. Hoje, na sociedade democrática, multicultural e multilingue, o ensino da História tem inolvidáveis desafios, combates contra o tradicional eurocentrismo e desejos de uma construção problematizadora do saber histórico.

Articulando (1) o papel crítico do intelectual na sociedade com (2) a formação de uma opinião pública mais esclarecida e mais próxima da problematização da realidade construída pelas elites sociais através de (3) uma abordagem histórica mais rigorosa e indagadora dos mitos e da imagologia gerados pelo devir histórico, os

⁴⁰ Na relação entre imaginário e História, Marc Ferro afirma: “Ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos. Ela marca-nos para o resto da vida. Sobre esta representação, que é também para cada um de nós uma descoberta do mundo, do passado das sociedades, enxertam-se em seguida opiniões, ideias fugazes ou duradouras, como um amor...ao passo que subsistem, indeléveis, os traços das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções”. In Ferro, Marc (1994). *Falsificações da História*. Lisboa: Publicações Europa-América: 11

⁴¹ Ver Marrou, Henri-Irénée (s/d). *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Aster: 255/256

fenómenos da identidade e da relação entre o nacional, o europeu e o mundial ganharão novos contornos e novas aproximações «ao outro»... mas também às imagens que construiremos de «nós próprios».

Nesta actualidade dominada por uma crise mundial, num tempo de esboroar de certezas (éticas, religiosas...), nesta era de relatividade, de perplexidade e de problematização sem fim, neste presente onde se sente a nostalgia da unidade, é urgente criar um projecto de Humanidade da globalização, onde novas potências emergirão pontuando um multipolarismo, político-estratégico e cultural, mas, simultaneamente, à que assumir um país de forma colectiva, partilhada, reformulando a auto-reflexão sobre Portugal e descobrindo o sentido para a sua existência para lá de si próprio, para lá da Europa, integrado no Mundo, superando traumas «históricos» e diluindo «complexos» que nos ensimesmaram e que ocultaram a nossa **identidade continental**.